



ÁREA TEMÁTICA: Usos, significados e contextos de utilização da Internet e dos novos media por crianças e jovens

Dinâmica familiar e interacção em torno dos media: autonomia dos jovens, autoridade e controlo paternal sobre os media em Portugal.

Cardoso, Gustavo
Doutorado em Sociologia
ISCTE
gustavo.cardoso@iscte.pt

ESPANHA, Rita
Doutoranda em Sociologia
ISCTE
rita.espanha@iscte.pt

LAPA, Tiago
Doutorando em Sociologia
University of Cambridge
tiagolapasilva@gmail.com;

Resumo

Nos últimos tempos temos assistido, como aponta Livingstone (2002), a uma mudança do público para o privado na vida dos mais jovens, o que se relaciona, por uma lado, com o declínio da "cultura de rua" e a retirada para a casa ou o apartamento, em especial, em contextos urbanos, por outro lado, com o declínio do convívio familiar em torno da televisão e a emergência da "cultura do quarto de dormir". Através de dados de dois inquéritos, um efectuado face-a-face e outro realizado na Internet, queremos demonstrar em que moldes essa "cultura do quarto de dormir" tem emergido entre os jovens portugueses. Pretende-se também ligar estas questões a outras mais gerais sobre o significado do estatuto de "jovem" e do estatuto da família.

Palavras-chave: Crianças, Jovens, Novas Tecnologias de Comunicação e Informação, Media, família





Introdução

A imagem da convivência em família em torno da “lareira electrónica” parece, hoje em dia, dar lugar à rede convivial, real e virtual permitida pela emergência dos novos media e das novas tecnologias da informação e comunicação (Espanha, Soares e Cardoso, 2006). As gerações mais novas têm crescido no meio de mudanças no domínio da interactividade da comunicação e no meio de um sistema de múltiplos produtores e distribuidores. Os jovens são assim particularmente susceptíveis a uma socialização entre várias realidades mediáticas, concorrentes ou complementares, e crescem entre uma multiplicidade de escolhas no que respeita às formas de comunicação, entretenimento e informação. Novas competências parecem estar a ser adquiridas intuitivamente pelos mais novos como a forma de explorar a interligação entre as várias realidades mediáticas e a forma de operar vários expedientes mediáticos simultaneamente.

A apropriação dos media e das novas tecnologias pelos jovens sugere que possam estar a ocorrer transformações no âmbito da interacção familiar em torno das TIC. Essas transformações poderão incluir a ocorrência de conflitos específicos em torno do consumo dos media - por exemplo, em termos dos tempos de utilização e conteúdos. Surge assim a hipótese de que novos campos de negociação ou de tensão familiar poderão estar a emergir no que respeita à autonomia dos adolescentes, à autoridade paternal, às regras parentais e ao controlo caseiro sobre os media.

Contextos juvenis na era dos novos media

Nos últimos tempos temos assistido como aponta Livingstone (2002) a uma mudança do público para o privado na vida dos mais jovens, o que se relaciona, por um lado, com o declínio da “cultura de rua” e a retirada para a casa ou o apartamento, em especial, em contextos urbanos, por outro lado, com o declínio do convívio familiar em torno da televisão e a emergência da “cultura do quarto de dormir”. Ora tais questões ligam-se com outras mais gerais sobre o significado do estatuto de “jovem” e do estatuto da família. A penetração dos media no quotidiano pode traduzir-se em novas formas de organizar práticas de tempos livres ou de lazer e de estudo. E a utilização dos vários media poderá de certa forma traduzir o dia-a-dia dos jovens nos seus espaços (casa, escola, outros). A organização, no tempo e no espaço, do uso dos media traduz ainda maiores ou menores graus de liberdade dos jovens, é um foco de negociação e de possível conflito com pais e educadores.

Os media pertencem ao que Merton denomina de grupos de referência, por oposição aos grupos de pertença como a família, o grupo de amigos ou a escola. Portanto, os media, dadas as suas características e a sua poderosa rede de influência, constituem agentes socializadores de referência capazes de contrastar, complementar, potenciar ou anular a influência dos agentes socializadores de pertença como a família. Tanto os agentes de pertença como de referência cumprem funções muito importantes mas que poderão nem sempre coincidir. Neste âmbito, Loader (2007) chama a atenção para os processos de deslocação cultural dos jovens, em especial, aqueles mais socializados nas novas tecnologias que poderão constituir o pelotão da frente de uma nova cultura tecno-social. Esta deslocação cultural que pressupõe a socialização num contexto mediático e em espaços comunicacionais como o MySpace, o MSN ou as mensagens de telemóvel, celebra a diversidade de estilos de vida, a divulgação ou a expressão pessoal.

O conceito de deslocação sublinha os desencontros que se poderão desenhar entre grupos de pertença e agentes de referência. Por outras palavras, poderão verificar-se deslocações entre pais, educadores e jovens tanto transmissão de conhecimentos e valores como na partilha de culturas mediáticas e comunicacionais. Ademais, esse deslocamento poderá exacerbar algumas contradições na condição de ser “jovem”. Uma primeira contradição brota da situação transitiva dos jovens entre o estatuto de criança e o estatuto de jovem adulto, o “homenzinho”, senhor de si. Uma segunda contradição advém do usufruto de novos campos de liberdade num contexto de dependência financeira face aos pais. Muitos jovens vivem hoje ao abrigo de um verdadeiro sistema de protecção familiar, uma “welfare family” como nota Machado



Pais. “Economicamente dependentes dos pais, usufruem, porém, de autonomia existencial. Decoram o quarto a seu gosto, escolhem as suas roupas, decidem sobre os usos do tempo e sobre as companhias com quem andam” (Público, 5 de Março de 2007).

A natureza própria dos novos media, poderá trazer mudanças substanciais nas possibilidades e formas de mediação educativas por parte de pais e mães. Tal como afirma Meyrowitz (1995) a entrada dos novos media nos agregados familiares supõe um novo cenário nas relações de autoridade entre padres e filhos. A experiência de mediação frente aos media tradicionais como a rádio ou a televisão baseia-se na experiência dos próprios pais como membros desde a sua infância da designada *Tvgeneration*. Porém, dá-se o paradoxo de que, frente a novos ecrãs como a internet, os jogos de vídeo, os telemóveis, etc, os jovens vão à frente no conhecimento e no uso desses, facto que pode situar os progenitores em clara desvantagem. Inclusive, pode chegar a questionar a sua autoridade para exercer qualquer mediação (Sala e Blanco, 2005). Muitas crianças e jovens descobrem e usam as inovações digitais antes dos seus pais; são elementos que formam parte quotidiana da sua vida e das suas actividades. Além disso, as crianças podem diferenciar dos seus pais em relação às suas disposições e atitudes face aos media. Segundo Sala e Blanco, as crianças e adolescentes percebem a internet e os computadores como algum lúdico, divertido, enquanto que os pais podem considerar esses meios de comunicação como realidades complexas, vinculadas ao status social, etc. No estudo de Rivoltella (2006), os pais tendem a ter representações cuja dimensão comum é o uso mais instrumental da internet: meio de informação, comunicação e conhecimento, ferramenta de trabalho. A falta de conhecimentos dos novos media constitui, portanto, um primeiro condicionante da mediação familiar em relação às actividades mediáticas dos jovens, embora possa ser temporário e circunscrito ao momento actual de transição para a sociedade em rede (Castells, 2002).

A utilização dos novos media como mais um palco de expressão da autonomia dos jovens poderá chamar ao de cima as contradições da condição juvenil na estipulação de ditos e interditos, de regras e controlos parentais. Através da utilização dos media os jovens poderão reclamar para si o direito à sua autonomia existencial, enquanto que pais e educadores poderão reconhecer aspectos preocupantes no seu uso e recolocar os jovens na sua posição de dependentes. Ademais, as diferentes culturas mediáticas de pais e filhos poderão provocar elementos de incerteza na aplicação de regras. Como regerar aquilo que não se conhece ou se conhece pouco? Como discutir democraticamente ou fazer valer no seio familiar regras e prescrições quando se desconhece a cultura dos filhos? Neste contexto muitas regras poderão ser vistas como injustas pelos jovens e serem potenciadoras do conflito.

É de sublinhar igualmente que estes fenómenos têm como pano de fundo, o processo mais global de questionamento dos valores, símbolos e autoridade que a família tradicional representa (Beck, 2000). Outro processo a ter em conta é a individualização dos tempos livres e dos espaços de lazer. O quarto dos jovens é uma arena onde é visível essa individualização e privatização dos tempos de lazer e onde se joga uma parte importante da conquista de liberdade e autonomia. Apesar desta situação não ser propriamente nova, é um conclave privado onde se realiza cada vez mais todo um conjunto de práticas individualizadas ligadas aos media. Não podemos, todavia, falar que a sala se tornou irrelevante enquanto espaço familiar comum na utilização dos media. Pelo contrário, verifica-se que continua a ser bastante relevante porém tem sofrido a concorrência de outros espaços domésticos mais privados.

O quarto de dormir cresce em importância como local de utilização dos media a par de uma utilização cada vez mais privatizada de vários aparelhos visto que cada membro poderá ter direito, em potência, a ter o seu próprio telemóvel ou telefone, aparelho de televisão, computador, etc. Podemos mesmo dizer o sistema dos media visível no espaço público tem invadido o espaço privado do quarto de dormir das novas gerações. Esta lógica “do quarto para o mundo” pode, no futuro, lançar novas tensões e reconfigurações da fronteira entre público e privado e novas reconfigurações e negociações no que se entende por vida familiar.

Tendo em consideração este contexto, queremos dar conta não só das dinâmicas familiares num sentido lato mas, principalmente, da forma como a apropriação dos media e das novas tecnologias pelos jovens



pode estar a ter impacto no âmbito da interacção familiar em torno das TIC. Com o rápido aumento do número de agregados familiares com conexão à internet, surge o interesse em perceber como as novas tecnologias influenciam as relações familiares e qual o potencial das TICs para mudar a vida familiar, tanto no desempenho de papéis tradicionais, como na produção de novos campos de possível conflito. Os nossos questionamentos não significam, contudo, aceitar acriticamente a divisão entre novos e velhos media. É válido o argumento de que os teóricos dos novos media provavelmente exageraram a novidade das novas tecnologias e da emergência da segunda era dos media (Webster, 2001). Como sugerem Livingstone et al. (2007), os jovens no seu todo poderão continuar a ser influenciados mais pela televisão do que pela internet. Portanto, levanta-se a questão de saber até que ponto os novos media introduzem, em termos qualitativos, novas variáveis na relação entre pais e filhos ou se apenas constituem um acréscimo quantitativo aos media convencionais.

Metodologia e Dados

O CIES-ISCTE (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), em colaboração com a PT. COM – Comunicações Interactivas, S.A., e no âmbito de um protocolo de colaboração realizado entre estas instituições, está a desenvolver um estudo sobre as “Crianças e Jovens: A sua Relação com as Tecnologias e os Meios de Comunicação”. Simultaneamente, o CIES encontra-se também a desenvolver uma pesquisa denominada “E-Generation: Os Usos de Media pelas Crianças e Jovens em Portugal”, apoiado pela Fundação PT.

Ambos têm objectivos semelhantes: mapeamento dos estilos de vida mediáticos de jovens e oportunidades de evolução dos mercados; caracterização dos contextos e usos de media de crianças e jovens em Portugal; e a comparação de resultados a nível europeu e global – numa primeira fase (2006) entre Portugal e Catalunha e numa segunda fase EUA, Canadá; Alemanha, Singapura, Índia, Japão, China, Chile, Argentina, França, Reino Unido, Itália, Suécia e Espanha no quadro do World internet Project.

A principal diferença entre estes projectos reside na metodologia de recolha de informação utilizada para cada um deles. O projecto E-Generation baseia-se numa metodologia de recolha de dados realizada através de um questionário presencial aplicado a uma amostra representativa da população, com idades entre 9-20 anos. Em breve será possível apresentar alguns resultados preliminares deste estudo.

No caso do projecto desenvolvido em conjunto com a PT.COM, a metodologia escolhida foi a aplicação de um inquérito online realizado pelo CIES-ISCTE, alojado na rede SAPO, a jovens utilizadores de internet. O inquérito esteve online durante um mês e totalizou 1377 respostas, das quais foram consideradas válidas 1353, o que nos permite fazer uma caracterização dos jovens utilizadores de internet que responderam ao questionário e da sua relação com as tecnologias e os meios de comunicação.

A recolha dos dados obtidos de duas formas distintas (através da aplicação de um inquérito online e através da aplicação tradicional, face a face, de um inquérito a nível nacional) veio de encontro a diferentes objectivos, mas convergentes. Com o inquérito aplicado presencialmente a nível nacional o nosso objectivo é obter dados representativos da população portuguesa no que respeita à utilização dos media. O propósito do inquérito online foi chegar a uma população jovem mais socializada nas novas tecnologias e assim dispor de um novo recurso metodológico. Com estes dados podemos assim comparar as práticas de uma parte (crescente) da população mais socializada nas novas tecnologias e a população nacional, representativa dos vários sectores da sociedade portuguesa.

Apesar do uso da internet ter proliferado nos últimos anos, o seu uso, por parte das Ciências Sociais, para conduzir inquéritos por questionário ainda continua bastante limitado. Apesar das reservas e dos cuidados necessários na aplicação deste método, não deixa contudo de fornecer um grande potencial e uma versatilidade metodológica, oferecendo vantagens distintas: proporcionam ao investigador um contacto mais facilitado com populações geograficamente dispersas; proporcionam uma redução de custos no processo de investigação e uma agilização do processo de recolha e armazenamento de dados.

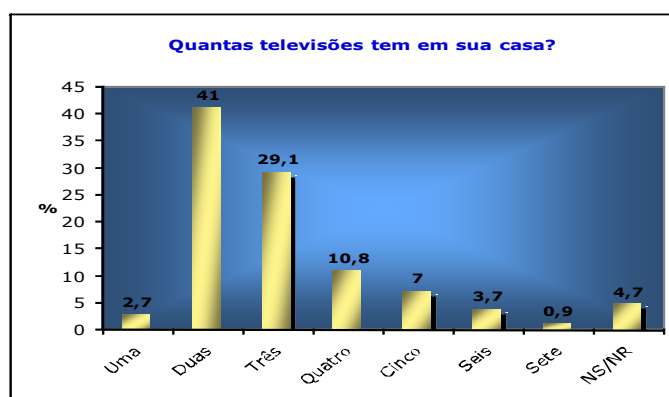


À parte das questões metodológicas, uma dificuldade com que os investigadores se deparam está relacionada com as competências técnicas necessárias para utilizar este tipo de técnicas, pelo que, no nosso caso foi bastante frutuosa a parceria com a PT.COM. Apesar do potencial atractivo dos questionários aplicados online, o seu uso deve ser justificado e ponderado, tendo em conta os objectivos do projecto de investigação em causa. Dado o carácter voluntarioso das respostas neste tipo de inquéritos deve ser pensada uma estratégia amostral para obter as respostas de indivíduos relevantes para o estudo. A esta questão, esta ligada a ponderação do uso de incentivos. No caso particular do nosso inquérito foi sorteado um prémio (uma consola de jogos de vídeo) direccionado para a população jovem. Este tipo de inquéritos deverá também ser usado de forma ética, garantindo o consentimento explícito de que os dados estão a ser recolhidos, assim como salvaguardar a confidencialidade e a privacidade dos dados.

Análise dos Dados

Tanto os dados do inquérito aplicado face-a-face como do aplicado online parecem suportar os processos já mencionados como a individualização do uso dos media e uma crescente utilização dos media no âmbito de uma cultura do “quarto de dormir”. Os dados do inquérito face-a-face demonstram claramente que quase todos os lares portugueses têm mais de duas televisões e nos lares de mais de 50% dos jovens há três ou mais televisões. Esses números tornam-se ainda mais expressivos no inquérito online onde mais de 70% dos jovens inquiridos afirmam ter três ou mais televisões em casa. Os dados obtidos online mostram ainda que a sala continua a ser o local onde maior número de jovens vê televisão. Todavia, é de assinalar que 51,1% dos jovens afirmam que vêem TV no seu quarto.

Figura 1

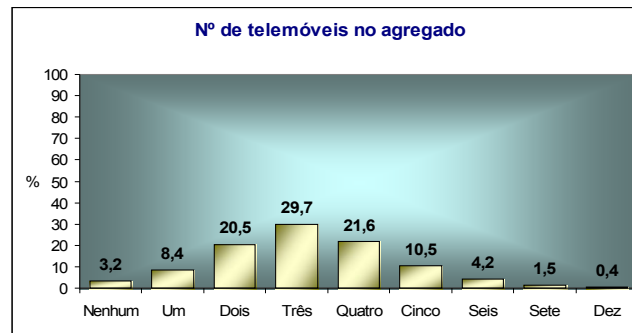


Além disso, perto de 40% dos jovens respondentes têm o computador no quarto, o que vem reforçar a ideia de os jovens tendem a concentrar no seu reduto mais privado os media que utilizam. É nesse reduto que os jovens realizam um conjunto de práticas em simultâneo ou em exclusivo: navegam na internet, usam o computador, estudam, jogam, assistem a programas de televisão, entre outras actividades.

As percentagens de jovens que têm o seu próprio telemóvel são mais impressionantes. Os dados do inquérito face-a-face, representativo da população juvenil portuguesa, mostram que 72,8% dos jovens dos 8 aos 18 anos têm telemóvel, sendo que a sua utilização é praticamente universal nos jovens entre os 16 e os 18 anos de idade. Ademais, perto de 70% dos respondentes afirmam que existem pelo menos três o telemóveis no seu agregado familiar, como é demonstrado na figura 2.

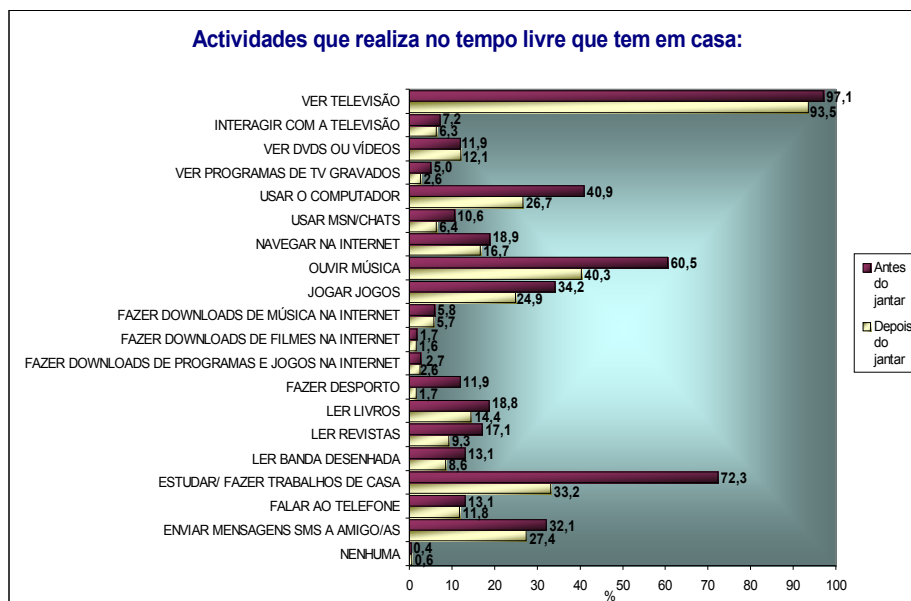


Figura 2



Através dos dados desse inquérito podemos auferir também o peso que a televisão continua a ter nas actividades de tempo livre dos jovens. Contudo, a televisão constitui muitas vezes um pano de fundo de outras actividades e poderá ser partilhada com a utilização de outras actividades, em especial, com o próprio estudo. A utilização do computador, ouvir música, jogar jogos e enviar mensagens SMS com os amigos são outras actividades de destaque como é mostrado na figura 3.

Figura 3



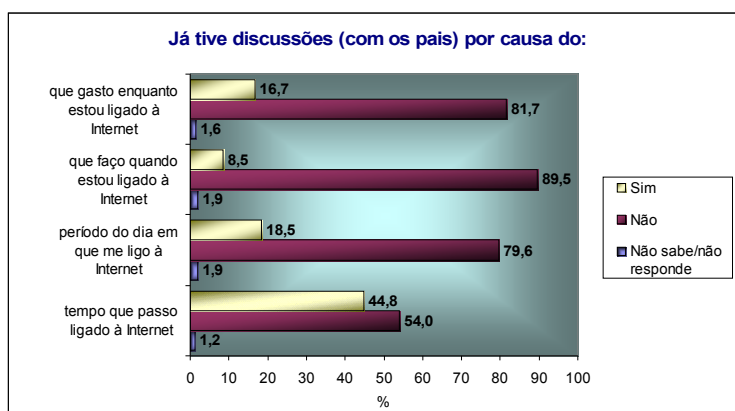
Ainda que a televisão continue a ser o grande ecrã dos mais novos, muitos vivem e crescem rodeados de uma rede digital composta por vários ecrãs daí que Rivoltella (2006) designe a presente geração de jovens com a “geração dos ecrãs” em oposição a uma geração mais anterior cuja cultura mediática era dominada pelo grande ecrã da televisão. Porém, esse ecrã é unidireccional e não permite as possibilidades comunicacionais e interactivas de outros media. Daí que a televisão esteja a perder importância ao nível das preferências dos jovens. No inquérito online, verifica-se que a grande maioria dos internautas (72,9%) prefere a internet à televisão. No geral, a televisão perde ainda terreno para os jogos de consola ou computador, visto que 60,3% dos inquiridos online preferem jogar do que ver televisão, e perde para o telemóvel. Estes dados sobre preferências estão em consonância com os dados apresentados por Sala e Blanco (2005), que demonstram a preferência, por parte de jovens espanhóis inquiridos online, por ecrãs que permitem maior interacção: a internet, o telemóvel e os jogos de vídeo. Estes dados parecem assim



suportar a ideia de deslocação cultural dos jovens, que preferem cada vez mais o contacto com os novos media.

No inquérito online foram feitas perguntas específicas sobre se já houve ou não discussões e conflitualidade familiar em torno do uso de diferentes media. Na figura 4 podemos ver que 44,8%, ou seja, perto de metade dos jovens inquiridos, já teve discussões com os pais por causa do tempo que passa ligado à internet. Verifica-se ainda que o período do dia em que os inquiridos se ligam à internet parece gerar bem menos conflito que o tempo de uso. Apenas 18,5% dos inquiridos assinalam que já tiveram discussões com os pais em torno do período do dia em que estão online.

Figura 4



Os nossos dados fornecem ainda o dado interessante de que existe uma maior percentagem de raparigas (47,2%) do que de rapazes (42,9%) que afirmam já terem tido discussões familiares relacionadas com o tempo que passam na internet. Igualmente curioso é verificar que entre os mais novos há a menor percentagem de jovens inquiridos a ter discussões com os pais. Isto poderá ser talvez o resultado de um controlo paternal mais apertado, onde os pais podem impedir o acesso ao computador e à internet. Por seu turno é entre os 13 e os 15 anos que há uma maior percentagem de inquiridos que já tiveram discussões com os pais, percentagem essa que baixa um pouco entre os 16 e os 18 anos. A frequência dos conflitos poderá, por um lado, ser fruto de uma crescente liberdade e autonomia (ou de uma crescente procura dessa autonomia) quanto ao acesso e ao uso da internet e, por outro lado, cruzar-se com as dinâmicas próprias do (ainda curto) ciclo de vida do adolescente em termos de negociação da autonomia entre pais e filhos. Entre os 13 e os 15 anos muitos adolescentes ainda não têm liberdade para sair à noite ou para organizar determinado tipo de programas com os seus pares, contudo, poderão já ter liberdade suficiente para um livre acesso à internet. Adolescentes com este grau intermédio de liberdade poderão recorrer mais ao uso da internet, potenciando o conflito. Além disso, parte da vida social dos adolescentes poderá estar a ser transferida para os programas de computador que permitem uma mediação das interacções sociais.

No que respeita ao período do dia em que estão ligados, são os rapazes os que declaram ter mais discussões (19,8%). E é entre os mais novos que parece ser um pouco mais propenso o conflito em torno desta questão. A propensão para o conflito parece ir descendo há medida que a idade dos inquiridos aumenta. Isto faz sentido se pensarmos que é nas idades mais jovens que há um maior controlo paternal sobre os horários como os horários das refeições, de deitar e de levantar.

A fonte menos significativa de conflito é o que os jovens fazem quando navegam na internet. E, sem surpresas, é entre os mais jovens que esse conflito é maior o que denota um maior controlo paternal nos jovens entre os 9 e os 12 anos, sendo claro que os mais velhos (dos 16 aos 18 anos) gozam de mais liberdade e autonomia. Os gastos também só são um foco de conflito para uma minoria dos jovens internautas (16,7%). Será de esperar que este seja um foco de conflito cada vez menos importante há

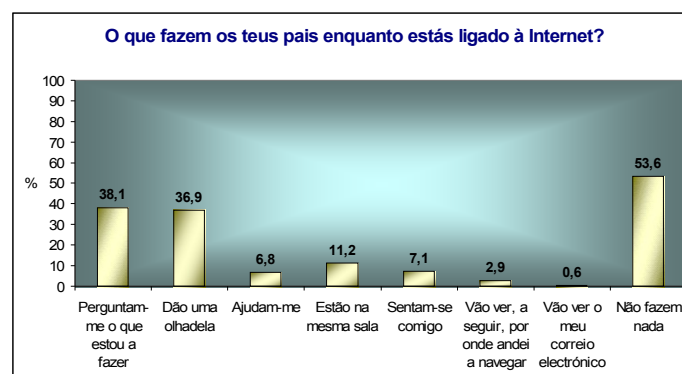


medida que aumentarem as ligações de banda larga e há medida que os contractos com as empresas de telecomunicações tenham limites de tráfego menos restritivos.

O conflito em torno dos gastos parece ser um pouco mais propenso entre os rapazes (17,8%) e entre os jovens entre os 16 e os 18 anos (17,7%). O conflito em torno dos gastos está ligado com o conflito em torno do tempo de usoⁱ. Portanto, uma parte das discussões em torno do tempo não será apenas em torno do argumento de que a internet “rouba” tempo para outras actividades (estudar, estar com a família, etc.) mas pela razão económica que os pais sentem no bolso. Contudo, não é só entre esses dois conflitos que existem relações estatisticamente significativas. Elas foram verificadas entre todos os tipos de conflitosⁱⁱ. Fica então patente que as discussões com os pais envolvem muitas vezes as várias dimensões de utilização que constituem um “pacote” completo com o qual os jovens são confrontados. Por outras palavras, tendencialmente, os inquiridos que declararam já ter tido discussões com os pais numa dimensão declaram também já ter tido discussões noutra dimensão de utilização.

Como se pode ver na figura 5, perguntar directamente aos jovens o que estão a fazer parece ser a forma mais frequente de vigilância paternal (38,1%) e logo a seguir está a olhada dos pais sobre os que jovens internautas estão a fazer (36,9%). As raparigas parecem sofrer uma vigilância um pouco mais apertada do que os rapazes visto que 41,8% declara que os pais perguntam o que estão a fazer e 40,7% afirma que os pais vão olhar, contra 35,3% e 34% dos rapazes, respectivamente. O controlo directo do correio electrónico é muito pouco frequente (0,6% dos casos), assim como é pouco frequente os pais acederem ao historial dos browsers para verificar onde os filhos andaram a navegar (2,9%). A percentagem de jovens que são acompanhados pelos pais que se sentam ao lado do computador também é bastante minoritária (7,1%), assim como a percentagem de jovens cujos pais os ajudam a navegar (6,8%). 11,2% dos inquiridos declaram ainda que os pais estão presentes na mesma sala quando estão ligados à internet. O que é significativa é a percentagem de jovens inquiridos que afirmam que os pais não fazem nada (53,6%), contudo, isto não deve ser equacionado com a ausência de controlo por parte dos pais destes inquiridos. Como seria de esperar a vigilância por parte dos pais é mais apertada entre os mais jovens. 42,5% dos inquiridos dos 9 aos 12 anos afirma que os pais perguntam o que estão a fazer e 47,5% declaram que os pais vão espreitar o que estão a fazer. Ademais, todas as percentagens relativas à vigilância e à ajuda parental aumenta nos inquiridos mais jovens. Como seria de esperar essas percentagens descem à medida que são considerados os inquiridos mais velhos.

Figura 5



As compras e a revelação de informações pessoais são as proibições mais significativas (41,4% e 38,9% dos casos, respectivamente). A terceira maior proibição é o *download* de ficheiros, mas apenas 16,1% dos inquiridos declaram que não têm permissão de o fazer. Nos restantes itens a taxa de proibição é menos elevada não chegando aos 10%. (É curioso que 5% declaram que não têm o aval para preencher questionários, visto que a informação aqui exposta foi obtida por questionário ficamos a saber que pelo



menos 5% desobedecem aos pais). Uma percentagem substancial de inquiridos (43,1%) declara não ter qualquer proibição.

As raparigas parecem ser um pouco mais advertidas pelos pais no sentido de não fazerem compras (43,3%) e de não darem informações pessoais (42,9%) em comparação com os rapazes (40% e 35,8%, respectivamente). E são mais os rapazes que declaram não ter qualquer proibição (44,9%), do que raparigas (40,7%). No que respeita a proibições, verifica-se uma clara estratificação por idades. Os mais novos são os que menos liberdades têm, como seria de esperar. Apenas 14,2 dos internautas dos 9 aos 12 anos declara não ter qualquer tipo de proibição. A larga maioria está proibida de fazer compras e 63,3% afirmam terem sido advertidos para não darem informações pessoais. Há aqui um claro contraste com os inquiridos mais velhos, visto que apenas 31% destes jovens estão avisados para não fazer compras e 30% para não fornecer informações pessoais. 20,8% dos inquiridos mais jovens estão ainda proibidos de participar em chats e 15,8% de jogar online. 13,3% declaram ainda que não podem preencher questionários. Uma minoria não pode enviar SMS's nem enviar mensagens de correio electrónico (8,3% e 6,7% respectivamente). Nas camadas mais velhas a clara tendência é para haja menos restrições. A percentagem de inquiridos dos 13 aos 15 anos que declara não terem proibições explícitas é de 34,6%, e entre os inquiridos entre os 16 e os 18 anos de idade, essa percentagem ascende aos 54%.

Tabela 1: Quando navegas na internet, segundo os teus pais, que coisas não podes fazer?

	N	%
Fazer compras	448	41,4
Participar em chats	106	9,8
Dar informações pessoais	420	38,9
Preencher questionários	54	5,0
Fazer download de ficheiros (musica, jogos, etc.)	174	16,1
Enviar SMS's	39	3,6
Enviar mensagens de correio electrónico	22	2,0
Jogar online	80	7,4
Não me proibem de fazer nada	466	43,1

Apenas uma minoria dos jovens inquiridos (16,7%) afirma que os pais utilizam a internet como mecanismo de recompensa ou de castigo. Entre os sexos não há grandes diferenças. É entre os escalões etários que se notam as principais diferenças, em especial, entre os inquiridos mais velhos (dos 16 aos 18 anos) e os restantes. Entre os mais velhos, apenas 11,2% afirmam que os pais usam a internet como prémio ou castigo enquanto que nos inquiridos entre os 13 e os 15 anos essa percentagem ascende aos 23% e entre os mais novos dos 9 aos 12 atinge os 25%.



Tabela 2: Os teus pais utilizam a internet como forma de castigo ou de prémio?

	Total		Sexo				Idade					
			Masculino		Feminino		9 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	180	16,7	105	17,0	75	16,2	30	25,0	83	23,0	67	11,2
Não	715	66,1	404	65,5	311	67,0	71	59,2	219	60,7	425	70,8
Ns/Nr	186	17,2	108	17,5	78	16,8	19	15,8	59	16,3	108	18,0
Total	1081	100,0										

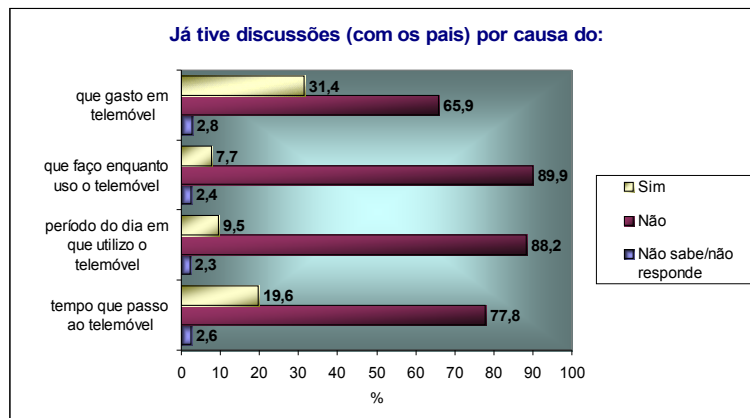
Tabela 3: De que modo?

	N	%
Deixam-me utilizar a internet durante mais tempo como prémio	100	9,3
Não me deixam utilizar a internet ou retiram-me tempo de útil	135	12,5
Não fazem nada	846	78,3
Total	1081	100,0

Verifica-se que, tendencialmente, entre os inquiridos a internet é mais utilizada como mecanismo de punição (em 12,5% dos casos) do que de sanção (em 9,3% dos casos). Essa tendência é especialmente evidente entre as raparigas e os inquiridos dos 13 aos 15 anos de idade. Já entre os inquiridos mais jovens dos 9 aos 12 anos, verifica-se o inverso, visto que 17,5% declaram que os pais utilizam a internet como prémio contra 14,2% que dizem que os pais constroem o uso da internet como castigo. No entanto é de notar que a maioria dos inquiridos declara que os pais não fazem nada.

Apenas cerca de 20% dos jovens declara já ter tido discussões por causa do tempo que passou ao telemóvel. Um dado curioso é a discrepância entre a percentagem de raparigas que já teve discussões com os pais por causa do tempo (27,8%) e a percentagem de rapazes (13,5%). Por outro lado são os mais velhos que tendencialmente têm mais discussões em torno do tempo gasto a falar ao telemóvel. Uma possível explicação será que os jovens mais velhos utilizam mais o telemóvel como forma de aprofundar e alargar as suas relações sociais, condizendo com a sua maior liberdade, seja para falar e trocar impressões com parceiros, combinar saídas, encontros, ou simplesmente namorar.

Figura 6





O período do dia em que os jovens falam ao telemóvel só é um foco de claro de conflito para 9,5% dos inquiridos. Mais uma vez são as raparigas que são mais propensas às discussões com os pais visto que 11,5% declara já ter tido discussões em torno do período de utilização do telemóvel, contra 7,8% dos rapazes. Os mais velhos estão são os que mais declaram já ter tido discussões em torno dos períodos de utilização (10,2), que poderão ser devido a utilizações tardias do telemóvel, nas horas das refeições, em momentos inconvenientes, etc. O uso que é dado ao telemóvel é o que gera menos conflito. Apenas 7,7% declara já ter entrado em conflito com os pais por causa da utilização do telemóvel. Não são de registar diferenças muito significativas entre rapazes e raparigas, embora se verifique mais uma ténue tendência para serem as raparigas as mais propensas a entrarem em conflito com os pais por causa do telemóvel. No entanto, é entre os mais novos que é mais evidente uma maior propensão para o conflito com os pais, talvez fruto do maior controlo parental a que são sujeitos.

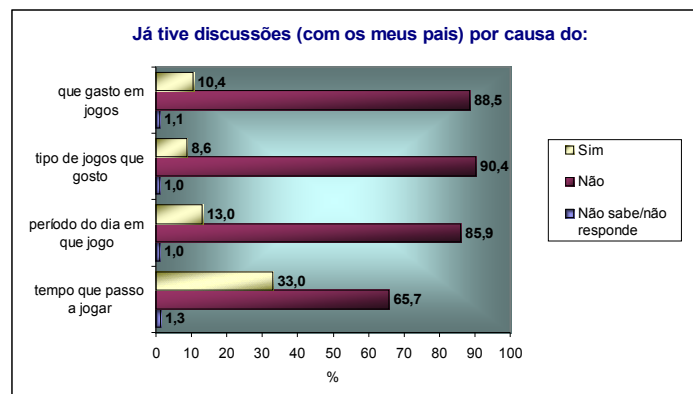
Os gastos com o telemóvel são o principal tópico de discussão com os pais para 31,4% dos jovens. Conduziu-se o teste estatísticoⁱⁱⁱ para verificar até que ponto as discussões em torno dos gastos se associam à discussão em torno do tempo gasto em telemóvel e de facto, mais uma vez, verificou-se uma ligação entre os dois conflitos – o do tempo e o dos gastos. Poderemos então dizer, com propriedade, que grande parte da discussão sobre o tempo é derivada dos gastos com o telemóvel, até porque muito do tempo que os jovens passam ao telemóvel é invisível para os pais enquanto tempo, mas revela-se nos custos. Aprofundando a análise verificamos relações estatisticamente significativas entre todos os tipos de conflitos, o que sugere que quando é despoletado um conflito familiar em torno da utilização do telemóvel são discutidos muitas vezes em conjunto as várias dimensões de utilização: o tempo, o período do dia em que se usa o telemóvel, o que se faz com o telemóvel, os gastos.

E uma vez mais são as raparigas as que revelam maior tendência para o conflito com os pais, desta vez em torno dos gastos: 37,9% das raparigas afirmam já terem entrado em conflito com os pais, uma percentagem claramente acima da verificada entre os rapazes (26,4%). No que respeita à comparação entre os vários escalões etários, já não se verificam diferenças tão evidentes.

Cerca de um terço dos jovens internautas já entrou numa discussão com os pais por causa do tempo que passou a jogar jogos de vídeo ou de computador, sendo este o principal foco de discussão. E desta vez a propensão para o conflito é muito mais clara entre os rapazes, e isto é verdadeiro para todos os tipos de conflito considerados: o tempo que se passa a jogar; o período do dia em que se joga; o tipo de jogos de que os inquiridos gostam; e os gastos em jogos. 41,5% dos rapazes declara já ter entrado em contenda com os pais por causa do tempo passado a jogar, sendo que as raparigas estão a uma distância de 20 pontos percentuais. 17,2% dos rapazes já tiveram discussões por causa do período em que estiveram a jogar e pouco mais de dez por cento declara ainda ter tido discussões em torno do tipo de jogos jogados, enquanto que apenas 7,5% das raparigas entrou em conflito com os pais por causa do período do dia em que jogaram e só 4,3% afirmam já ter tido discussões por causa do que tipo de jogos que gostam. Os inquiridos mais novos também estão mais propensos à discussão com os pais nos vários focos de conflito considerados, mas as diferenças entre escalões etários não são tão díspares como as diferenças entre rapazes e raparigas.



Figura 7



É relevante perceber como é que os jovens usam e valorizam diferentes jogos, em que medida os jogos são integrados nas vidas das crianças e dos jovens (Livingstone, d'Haenens & Hasebrink, 2001) e como é que a mudança nos media se relaciona com desenvolvimentos sociais mais genéricos. A relevância cultural e social dos jogos prende-se com a discussão sobre a “competência dos media e das TIC” ou info-literacia dos jovens e dos modos ou processos informais de aquisição de competências dentro da cultura dos jogos electrónicos. Greenfield (1984) foi das primeiras autoras que se afastou do medo senso-comunal de que os novos media são maus educadores porque, por exemplo, instilam nas crianças e nos jovens comportamentos violentos. Porém, os novos media como artefactos culturais frequentemente desenvolvem e exigem competências cognitivas complexas, apreendidas de forma informal e à parte dos contextos da aprendizagem formal na escola (Greenfield, 1984). Deste modo, muitos alunos já vão para a escola com competências ao nível do uso de computadores antes da instrução formal de professores ou de educadores, o que alimenta a sensação que as crianças e os jovens já “nascem ensinados” no que respeita ao uso de novas tecnologias.

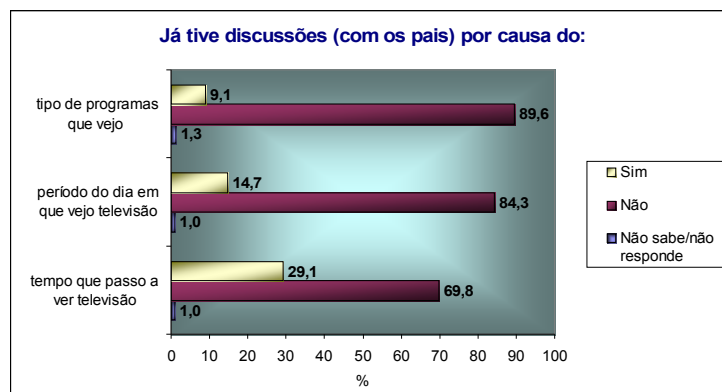
Um melhor conhecimento sobre processos informais de aprendizagem e do seu pano de fundo torna-se assim necessário para evitar, segundo Fromme (2003), o “choque de culturas mediáticas”. Esta noção metafórica chama a atenção para o seguinte: professores, pais e educadores em geral são membros de uma geração que, na sua socialização primária, cresceram numa cultura mediática diferente e, portanto, têm experiências mediáticas diferentes que as gerações mais novas. Estas experiências mediáticas informais não só influenciam os valores privados e as atitudes em relação aos novos media, como também têm impacto no seus conceitos e nas suas práticas de educação. Ou seja, os educadores tendem a abordar as culturas mediáticas das crianças e dos jovens a partir da sua perspectiva geracional que eles representam como a norma implícita nas práticas e nos discursos educacionais, assim como políticos (Fromme, 2003).

Isto implica que os novos media sejam muitas vezes olhados com desconfiança e cepticismo pelos educadores. Em especial, os jogos electrónicos parecem apelar mais imediatamente ao lúdico, a uma ética mais hedonista e de satisfação imediata o que poderá chocar com a “ética protestante” Weberiana mais presente nos adultos assente num estilo de vida mais racionalizado e em formas específicas de autocontrolo. Daqui podem surgir conflitos específicos em torno do uso do computador visto que os educadores poderão querer desviar as crianças e os jovens dos jogos para outras actividades e ferramentas informáticas tidas como mais educativas e úteis como trabalhar com processadores de texto, utilizar enciclopédias ou usar ou tipo de *software* educacional (Leu, 1993). No entanto, se adoptarmos a análise de Himanen (2001) podemos levantar a hipótese de que na realidade as gerações mais novas estão a adoptar uma ética diferente daquela que os seus pais conheceram e que a relação dialéctica entre as duas éticas produz novas formas de relação familiar mediadas pelas experiências mediáticas do membros do agregado doméstico.



No que respeita à utilização da televisão, o principal tópicos de conflito com os pais é o tempo passado a ver televisão (29,1% dos casos). A seguir vem a contenda em torno do período do dia em que os jovens vêem televisão (14,7% dos casos) e por último, a discussão em torno do tipo de programas que os jovens inquiridos vêem (9,1%). As raparigas são mais propensas ao conflito com os pais no que respeita ao tempo despendido e ao período do dia que os inquiridos passam a ver televisão. Porém, a situação inverte-se nas discussões em torno do tipo de programas vistos. Os inquiridos entre os 9 e os 12 anos, com menos liberdade e sujeitos a maior controlo paternal, constituem o escalão etário mais propenso ao conflito. O conflito poderá até ter maior incidência neste escalão etário por causa de um processo de negociação contínua entre pais e filhos, na tentativa destes ganharem territórios de liberdade no que respeita à utilização dos *media*.

Figura 8



Em geral, as questões principais nas discussões familiares são sem dúvida o tempo de consumo e também os gastos, no caso do telemóvel. Estes dados parecem não ser apenas gerais para a sociedade portuguesa mas também foram obtidos em investigações noutros países europeus (Livingstone e Bovill, 2001; Sala e Blanco, 2005). Mas, dados que não deixam de ser relevante, tanto à luz dos nossos resultados como de outros estudos, são a fraca incidência de conflitos em torno dos conteúdos dos vários *media* e o controlo pouco apertado de muitos pais em relação a esses mesmos conteúdos.

É curioso que uma parte substancial dos jovens inquiridos (58,9%) declara assumir o controlo sobre o que vê na televisão, mesmo nos inquiridos mais novos. Ao controlo do próprio só se sobrepõe o paternal (65,3%) que é maior do que o maternal (58,3%), o que será talvez um espelho das relações de poder entre a família, ou da forma como são, elas próprias, percebidas pelos jovens. 30,9% dos inquiridos declara que os irmãos também participam na decisão de que programa ver, contudo, é de notar que nem todos os inquiridos têm irmãos pelo que o peso dos irmãos na decisão sobre que programas ver pode estar subestimado. O que isto poderá querer dizer é que a decisão sobre o que ver na televisão é um processo mais negociado e democrático entre pais e filhos do que antigamente.

**Tabela 4: Quando vê televisão em família, quem decide que programa ver?:**

	N	%
Eu	637	58,9
Os meus irmãos	334	30,9
O meu pai	706	65,3
A minha mãe	630	58,3
O meu Avô/Avó	56	5,2
Outras pessoas	39	3,6
Quase nunca vemos televisão juntos	120	11,1

A televisão é mais utilizada como mecanismo de recompensa ou de castigo do que a internet. 27,9% dos jovens inquiridos afirma que os pais usam a televisão como forma de castigo ou de prémio. Entre os sexos não existem significativas diferenças a apontar, sendo entre os escalões etários que se verificam diferenças, em particular, entre os inquiridos mais velhos (dos 16 aos 18 anos) e os restantes. Entre os mais velhos, 21,2% afirmam que os pais usam a internet como prémio ou castigo enquanto que nos inquiridos entre os 13 e os 15 anos essa percentagem sobe para os 35,7% e entre os mais novos dos 9 aos 12 atinge os 38,3%. Ao contrário da internet, a televisão funciona mais como mecanismo de recompensa (em 56,8% dos casos) do que de punição (em 43,2% dos casos). Contudo, no caso dos inquiridos mais jovens dos 9 aos 15, verifica-se o inverso.

Tabela 5: Os teus pais utilizam a televisão como castigo ou prémio?

	Total		Sexo				Idade					
			Masculino		Feminino		9 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	302	27,9	172	27,9	130	28,0	46	38,3	129	35,7	127	21,2
Não	658	60,9	378	61,3	280	60,3	51	42,5	198	54,8	409	68,2
Ns/Nr	121	11,2	67	10,9	54	11,6	23	19,2	34	9,4	64	10,7
Total	1081	100,0										

Tabela 6: Se sim, de que modo?

	N	%
Deixam-me ver mais tempo de televisão como prémio	614	56,8
Retiram-me algum tempo de televisão como castigo	467	43,2
Total	1081	100,0

No inquérito aplicado no terreno a nível nacional verifica-se que o maior controlo é sobre a televisão. 40% dos jovens afirmaram existirem regras por parte dos pais sobre o tempo para ver televisão e 29,5% declarou existirem regras sobre o tempo para jogar, sendo este o segundo maior foco de atenção dos pais. O tempo de uso do computador e da internet aparecem com menos destaque (em 24,6% e 22,2% dos casos respectivamente), porventura, espelhando ainda a falta de acesso a estes media numa parte da população portuguesa. Considerando apenas os jovens que são utilizadores regulares da internet, a televisão fica



relegada para último lugar enquanto foco das regras parentais (28,5% dos casos) e a internet ganha um claro destaque (41,1% dos utilizadores regulares da internet afirmam que existem regras sobre o tempo de uso da internet). Verifica-se uma transferência do controlo parental da televisão para os jogos (32,8% dos casos), para o computador (36,2% dos casos) e principalmente para a internet. As diferenças entre os sexos não são de grande dimensão sendo mais significativas as diferenças entre os escalões etários, verificando-se uma clara tendência para um maior controlo parental sobre os inquiridos mais novos.

Tabela 7: Regras por parte dos seus pais sobre:

	Total da amostra (n=249)		Utilizadores regulares da internet (N=100)	
	N	%	N	%
O tempo para ver televisão	100	40,0	28	28,5
O tempo para jogar jogos	73	29,5	33	32,8
O tempo de uso da internet	55	22,2	41	41,1
O tempo de uso do computador	61	24,6	36	36,2

	Idade					
	8 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%
O tempo para ver televisão	63	58,6	22	33,1	14	19,3
O tempo para jogar jogos	45	41,4	20	29,4	9	12,0
O tempo de uso da internet	27	25,5	16	23,3	12	16,3
O tempo de uso do computador	36	33,4	15	21,4	11	14,5

Ainda dentro do tema das relações familiares analisamos questões que se prendem com a satisfação dos jovens inquiridos em relação a determinadas dimensões das relações em família. Genericamente os jovens estão satisfeitos no que respeita às relações dentro do seio familiar. O que parece ser mais consensual é a percepção dos jovens quanto à ajuda que recebem da família quando acontece algum problema. 71,2% declaram que quase sempre recebem essa ajuda. Já não parece ser tão consensual entre os jovens o facto de a família aceitar as suas vontades, de fazer coisas novas e de fazer mudanças no seu estilo de vida. Ainda assim, 58% dos inquiridos declaram que a sua família aceita quase sempre essas vontades. Mais de 60% dos jovens entrevistados afirmam ainda que, quase sempre, a família discute questões e assuntos de interesse comum e resolvem problemas em conjunto com eles e exprime os seus afectos e sentimentos. Está aqui patente portanto uma família contemporânea mais democratizada, onde se exprimem afectos e onde se abrem brechas para a comunicação, o diálogo, a comunicação assim como, não poderia deixar de ser, o conflito, aberto ou latente. É dentro deste cenário que os jovens racionalizam a sua situação familiar, onde negociam e conquistam a sua autonomia, onde agem entre os ditos e os interditos. É ainda de notar que 67% dos entrevistados afirma que se sentem quase sempre satisfeitos com o tempo que dedicam à família.

É curioso notar que, em todas as dimensões de satisfação apresentadas no que respeita às relações familiares, há sempre uma maior percentagem de raparigas satisfeitas do que de rapazes. Em quase todas as dimensões a percentagem de raparigas geralmente satisfeitas é superior a 70% e apenas no que



respeita à aceitação das vontades de fazer coisas novas e de fazer mudanças no seu estilo de vida é inferior a essa percentagem (65,8%). Já os rapazes apresentam taxas inferiores de satisfação, geralmente inferiores a 60%. É de notar ainda que é entre os mais velhos (dos 16 aos 18 anos) que se verificam as menores percentagens de jovens satisfeitos com as dimensões expostas no que respeita às relações familiares. Tal resultado poderá advir precisamente da exigência de maior autonomia e individualização destes jovens dentro da família, que sejam reconhecidos como elementos com vontades próprias e com exigências de democratização das relações. Todavia, tais exigências poderão ser muitas vezes problemáticas numa situação transitória entre ser criança e tornar-se adulto, entre querer ser mais autónomo/a e independente sendo, todavia, económica e emocionalmente dependente da família.

Conclusão

Os dados do inquérito aplicado no terreno a nível nacional e do inquérito online apontam para uma diversificação do controlo parental que se joga em várias frentes: da televisão ao telemóvel, dos jogos à internet. Estudos apresentados por Livingstone e Bovill (2001) mostram que, em geral, os media mais “controlados” são a televisão e o telefone. Os dados apurados do nosso inquérito face-a-face confirmam o maior controlo dos pais sobre o uso da televisão. Mesmo nos jovens inquiridos online a televisão é o meio de premiação e de castigo mais frequentemente utilizado pelos progenitores, em comparação com a internet. Porém, nos jovens mais socializados nas novas tecnologias, o controlo parental sobre o consumo de televisão está a ser transferido para outros media. Nesses jovens, o controlo parental sobre o tempo de uso da internet é o mais expressivo enquanto que o controlo sobre o tempo de visionamento da televisão é o menos expressivo, atrás do controlo sobre o tempo despendido no computador e nos jogos de vídeo. Podemos aqui vislumbrar tendências futuras visto que há medida que a utilização da internet se vai alargando aquilo que se verifica num grupo restrito de jovens poderá ser a norma para a população juvenil num futuro próximo.

Esta diversificação em várias frentes do controlo e das regras parentais sugere a emergência de vários campos de negociação entre pais e filhos com repercussões na organização da vida familiar. Como demonstram os estudos compilados por Livingstone e Bovill (2001), essas repercussões podem mesmo sentir-se, entre os progenitores, na divisão do trabalho de educação, mediação e controlo do uso dos media por parte dos filhos. No que respeita aos media tradicionais, grande parte do trabalho de controlo e mediação recai sobre a mãe, enquanto que a presença do pai é maior no uso do computador e das novas tecnologias. No nosso estudo, verifica-se que os jovens inquiridos têm a noção de que os seus pais usam e conhecem geralmente melhor que as suas mães tecnologias como o computador, a internet ou os jogos de vídeo, eventualmente mais apelativos a um público masculino.

Uma das consequências da penetração cada vez maior dos media no quotidiano dos adolescentes é a ocorrência de conflitos familiares específicos em torno do consumo dos media. No inquérito online verificou-se que os conflitos em torno do tempo de utilização são os mais frequentes, no que respeita à internet, à televisão e aos jogos. No que diz respeito à utilização do telemóvel, o principal foco de contenda são os gastos, que se traduz obviamente em tempo de utilização, mas que neste caso poderá ser muito mais “invisível” para os pais. Livingstone e Bovill lançam luz sobre esta maior foco nos conflitos quotidianos no número de horas que os jovens dedicam aos media através de entrevistas realizadas aos progenitores. As principais preocupações dos pais centram-se na distorção que o tempo dedicado aos media pode produzir no rendimento escolar, na vida familiar, na saúde, etc., e não sobre a qualidade dos conteúdos ou a exposição aos mesmos. A atitude mais comum dos progenitores é pensar que esses conteúdos não afectam directamente os seus filhos. De algum modo, se desenvolve nos pais uma atitude de dissipar a influência e o controlo sobre os conteúdos em “outrém”, através de duas dimensões: são os filhos dos outros que são afectados, e são outras pessoas ou entidades que devem trabalhar para mediar ou controlar os conteúdos (o poder público, as organizações públicas ou da sociedade civil, a escola, etc.).



Ademais, existem relações significativas entre os vários tipos de conflito pelo que as discussões com pais envolvem muitas vezes a confrontação a respeito de mais do que uma dimensão de utilização dos media: tempo de utilização, período do dia, actividades efectuadas e os gastos monetários. Os conflitos em torno da utilização do telemóvel incidem em especial sobre as raparigas enquanto que o conflito em torno dos jogos é mais evidente no caso dos rapazes. É ainda patente um maior controlo e uma maior incidência das regras e das proibições sobre os mais novos, que obviamente gozam de menor autonomia, tal como é verificado noutros estudos (Livingstone e Bovill, 2001; Sala e Blanco, 2005).

É também de notar que os pais com menor capital cultural ou pais com poucas competências em relação aos filhos ao nível do uso das novas tecnologias poderão usar um estilo mais repressivo na sua mediação e no seu controlo. Um estudo efectuado por Mesch (2006) demonstra um aumento do conflito entre pais e adolescentes em famílias onde o adolescente era considerado como o perito na utilização da internet. Tais conflitos eram tanto maiores quanto maior a pressão dos pais para tentar reduzir a autonomia do adolescente, ao controlar o acesso à internet, e quando os pais mostravam preocupações ou atitudes negativas sobre o uso da mesma. Estes pais constituem um grupo designado por Rivoltella (2006) de “progenitores ansiosos” que contrastam com outros tipos: os “progenitores confiantes”, que confiam na responsabilidade dos filhos e para os quais os media não representam um problema educativo; os “progenitores ausentes”, caracterizados pelo *laissez faire* e pela ausência de mediação que contextualize as experiências mediáticas dos filhos; e os “progenitores atentos”, que reconhecem na internet oportunidades para uma apropriação sensata e possibilidades educativas. No nosso inquérito realizado online, grande parte dos jovens declara serem eles que mais sabem sobre internet em casa e apenas cerca de 10% declara ser o pai quem mais sabe de internet. Esta discrepância de conhecimentos poderá, por um lado, condicionar a produção social de “progenitores atentos”, por outro lado, criar alguma confusão nas representações das relações de poder no espaço doméstico. A utilização das novas tecnologias por parte dos jovens pode assim gerar ansiedade e focos de incerteza nos pais no que respeita à aplicação de regras e ao desempenho do papel de mediadores. Deste modo, é plausível a hipótese de que as fileiras de “progenitores ansiosos” poderão estar a engrossar em famílias onde os filhos demonstram ter muito mais competências ao nível das novas tecnologias que os pais.

Pelo que foi exposto podemos dizer que os novos media não representam apenas um mero acréscimo quantitativo nas relações familiares pois introduzem mudanças qualitativas na forma como pais, educadores e adolescentes se relacionam entre si. Claro que a influência dos media no seio familiar é apenas um aspecto de processos sociais mais alargados e a forma como a utilização dos media é encaixada pelas famílias é condicionada por esses mesmos processos. A família no início do século XXI encontra-se em processo de reconfiguração e democratização negocial entre pais e filhos. Ademais, a família contemporânea poderá, como sugere Manuel Castells, estar perante o desafio de integrar as características da sociedade em rede nas relações domésticas: flexibilidade, autonomia, adaptabilidade. A questão que fica é saber se a família enquanto instituição irá adoptar essas características ou lutar contra elas porque são erosivas do poder patriarcal tradicional.

Na primeira hipótese, teremos uma família mais democrática, onde o poder é fruto da negociação. Na segunda hipótese, veremos o acumular de tensões e o surgimento de relações fracturadas e extremadas. Mas mesmo vislumbrando um cenário em que as famílias adoptam as características da sociedade em rede fica por saber os processos através dos quais isso poderá ocorrer. Num primeiro cenário, essa adaptação poderá ocorrer porque a cultura tecno-social dos adolescentes vai sendo assimilada e apropriada por pais, educadores e pelas gerações mais velhas, estabelecendo-se assim pontes comunicacionais com os mais jovens. Neste cenário, teremos um modelo de sociedade que já não tem como referência a sociedade adulta mas antes o modelo da sociedade juvenil. Num segundo cenário, só quando um conjunto alargado de utilizadores da internet forem pais, aliado ao curso natural de substituição das gerações, é que se poderá esperar uma adaptação plena da família às características da sociedade em rede.



Bibliografia

- BUCKINGHAM, D. (2000), *After the Death of Childhood: Growing Up in the Age of Electronic Media*, Cambridge: Polity Press.
- CARDOSO, Gustavo e outros (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto: Campo das Letras.
- CARDOSO, Gustavo (2006), *Os Media na Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: Volume I: a Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel e Pekka Himanen (2003), *The Information Society and the Welfare State: The Finnish Model*. Oxford: Oxford University Press.
- CRAWFORD, Garry (2006), *The cult of Champ Man: the culture and pleasures of Championship Manager/Football Manager gamers*, *Information, Communication & Society*, Vol. 9 (4): 496-514.
- DUTTON, William e Adrian Shepherd (2006), *Trust in the internet as an experience technology*, *Information, Communication & Society*, Vol. 9 (4): 433-451.
- ESPANHA, Rita, Luís Soares e Gustavo Cardoso (2006), "Do Multimedia ao Wireless: As Dietas Mediáticas dos Portugueses", in *A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política*, Lisboa: Coleção Debates, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FROMME, Johannes (2003), *Computer Games as a Part of Children's Culture*, *Game Studies*, Vol. 3 (1) em <http://www.gamestudies.org/0301/fromme/>.
- GREENFIELD, Patricia (1984), *Mind and Media: The effects of television, video games and computers*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HIMANEN, Pekka (2001), *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*, Nova Iorque: Random House Inc.
- LEU, Hans Rudolf (1993), *How children use computers. Study to dewitch a new technology*, Munique: Deutsches Jugendinstitut.
- LIVINGSTONE, Sonia & M. Bovill (Eds.) (2001), *Children and Their Changing Media Environment. A European Comparative Study*. Mahwah, NJ & London: Lawrence Erlbaum Associates: 3-30.
- LIVINGSTONE, Sonia (2002), *Young People and New Media: Childhood and the Changing Media Environment*, Londres: Sage.
- LIVINGSTONE, Sonia, Nick Couldry e Tim Markham (2007), 'Youthful steps towards civic participation: does the internet help?' in Loader, Brian (Org.) *Young citizens in the digital age: Political engagement, young people and new media*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- LOADER, Brian (2007), 'Introduction: young citizens in the digital age' in Loader, Brian (Org.) *Young citizens in the digital age: Political engagement, young people and new media*, Londres e Nova Iorque: Routledge.



MEROWITZ, J. (1985), No sense of place. The impact of electronic media on social behavior, Oxford: Oxford University Press.

MESCH, Gustavo (2006), Family characteristics and intergenerational conflicts over the Internet, *Information, Communication & Society*, Vol. 9 (4): 473-495.

PINEAU, Vicki e Daniel Slotwiner (2003), Probability samples vs. Volunteer Respondents in internet research: Defining Potential Effects on Data and Decision-Making in Marketing Applications em <http://www.knowledgenetworks.com/insights/docs/Volunteer%20white%20paper%2011-19-03.pdf>.

RIVOLTELLA, Pier Cesare (2006), Screen Generation: Gli adolescenti e le prospettive dell'educazione nell'età dei media digitali, Milão: V&P Università.

SALA, Xavier Bringué e Blanco, Cristina Sánchez (2005), Los niños y sus pantallas ¿quién será capaz de mediar. Comunicação apresentada no XX Congresso Internacional de Comunicación, Universidad de Navarra. Disponível em http://www.civertice.com/avance_resultados/cicom_bringue_sanchez.pdf.

WEBSTER, Frank (2001), *Theories of the Information Society*, London: Routledge.

ⁱ Tal foi verificado estatisticamente utilizando o teste do qui-quadrado (sig. <0,001). A relação entre os dois conflitos é moderada (V de Cramer =0,49).

ⁱⁱ sig. <0,001

ⁱⁱⁱ Teste do qui-quadrado (sig <0,001). Com a medida de associação V de Cramer verificou-se que a associação entre os dois conflitos está entre uma associação mediana e uma associação forte (V de Cramer = 0,665).